



**Repórter especial**, trabalha na **Folha** desde 1985. No blog, reúne textos investigativos, aborda gastos públicos, política nacional e judiciário.

[PERFIL COMPLETO](#)

[✉ frederico.vasconcelos@grupofolha.com.br](mailto:frederico.vasconcelos@grupofolha.com.br)

[📡 Assine o feed do blog](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

06/02/2017 18:03 [🔊 OUVIR O TEXTO](#)

## Juízes criticam indicação de Moraes sem quarentena

POR FREDERICO VASCONCELOS

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) criticou a indicação de um ministro do governo para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a morte de Teori Zavascki, sem a observância de cumprimento de quarentena – afastamento por dois anos entre o exercício em um cargo e o outro.

Em mensagem enviada no final da tarde, a Ajuris informa que presidente Gilberto Schäfer entende que “a provável indicação” do ministro Alexandre de Moraes (Justiça) expõe uma “falha no sistema” de escolha de nomes para o STF.

“Não podemos repetir esse equívoco, é preciso aperfeiçoar o sistema”, afirma o dirigente.

Schäfer acrescenta que o presidente Michel Temer “agiria bem” se indicasse um nome que não tivesse envolvimento com o governo, ainda mais quando “estamos em plena operação Lava Jato, com diversos políticos sendo citados e que eventualmente possam ser julgados pelo plenário” do STF.

O juiz diz que a Ajuris quer que a sociedade discuta a situação e exerça “pressão política” contra esse tipo de escolha. “Se acharmos que isso é natural, estamos muito mal no Brasil”, declarou.

Para o presidente da Ajuris, ter ocupado “cargo relevante” na administração pública gera forte vinculação governamental.

“É preciso garantir de antemão a independência (do STF) do sistema político e acentuar o papel de árbitro do tribunal”. Nesse contexto, o desejável é que o escolhido não tenha sentimento de gratidão política em relação a quem o nomeou.

Em 2013, durante o Congresso Estadual de Magistrados, em Santana do Livramento, os juizes estaduais gaúchos aprovaram por unanimidade uma tese compatível com a posição adotada agora.

“Na indicação de ministros do STF há várias mudanças que podem aperfeiçoar a indicação. Mas há uma que é a mais sensível e que compromete a imagem de árbitro do STF, a nomeação de pessoas que exercem cargos de direção superior no Executivo, como ministros de Estado e seus equivalentes. Este processo necessita ser aperfeiçoado. Assim, se propugna um período de dois anos para o afastamento do cargo, para só depois poder ser realizada a indicação ao STF”, prescreve a tese.

## Busca

## Mais acessadas

18/01/17

Juízes prendem por 'covardia', diz ex-magistrado

01/02/17

Moro lidera lista tríplice para cargo no STF

25/01/17

Gandra Filho afronta direitos consagrados, diz advogada

26/01/17

Eliana Calmon defende Ives Gandra Filho

22/01/17

O candidato de Marco Aurélio para o lugar de Teori

## Categorias

- Geral

## Sites relacionados

- Folha.com

COMPARTILHE:

- UOL
- BOL

VEJA MAIS POSTS

Tags

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Blogs da Folha



PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

[↑ VOLTAR AO TOPO](#)

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br).